

**“A DITADURA NÃO PASSOU POR AQUI”:
Outras Histórias sobre a Ditadura civil-militar em Ilhéus (1964 – 1974)¹**

Maíza Ferreira dos Santos².

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar uma outra perspectiva histórica acerca da Ditadura civil-militar na cidade de Ilhéus, no período que corresponde ao início dos anos de 1960 e a primeira metade da década de 1970. Para desenvolver essa pesquisa foi necessário utilizar fonte oral, notícia do jornal que circulava localmente no período e também processo do Brasil Nunca Mais. A partir desses elementos foi possível perceber que o golpe foi apoiado por amplos setores da sociedade ilheense. Outro elemento importante foi a atuação de militantes do Partido Comunista do Brasil – PC do B em Ilhéus e outras cidades da região. Sendo assim, podemos indicar que as ações da ditadura chegou na cidade de Ilhéus e deixou suas marcas na dinâmica social da cidade.

PALAVRAS – CHAVE: Ditadura; Ilhéus; PC do B; Operação Cacau.

ABSTRACT

This article aims to present another historical perspective about the Military Civilian Dictatorship in the city of Ilhéus, in the period corresponding to the 1960s beginning and the first half of the 1970s. To develop this research, it was needed oral source, news from a journal which circulated locally in the period, and a process of Brasi Nunca Mais. As from these elements it was possible to perceive that the coup was supported by ample Ilhéus society's sectors. Another significant element was the Brazilian Communist party's - PC do B- interacting in Ilhéus and others citys around it. Therefore, it is possible to indicate that the dictatorship's action arrived at Ilhéus and left its marks in the city's social dynamics.

KEYWORDS: Dictatorship; Ilhéus; PC do B; Operação Cacau.

INTRODUÇÃO

Na cidade de Ilhéus há um forte silenciamento das ações realizadas por governos autocráticos durante o período marcado pela Ditadura civil-militar no país, entre os anos de 1964 -1985, e também daqueles que foram responsáveis por organizar a resistência política ao modelo de governo vigente naquele período. O ápice dessa percepção de invisibilidade ocorreu durante uma palestra, em 2012,

¹ Esse trabalho tem como base meu trabalho de conclusão de curso apresentado em 2017 na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC como pré-requisito para obtenção do título de licenciada em História. Para esta publicação poucos acréscimos e informações foram elaboradas além da discussão original apresentada ano passado. O trabalho foi orientado pelo Professor. Dr. Luiz Henrique dos Santos Blume (DFCH – UESC).

² Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Estudante da especialização em História do Brasil pela mesma universidade.

quando uma renomada professora da região afirmou categoricamente que a ditadura não havia passado em Ilhéus. Nesse sentido, podemos dizer que ainda paira sobre nós um discurso que nega a existência de uma atuação do regime militar na cidade e áreas vizinhas. Entretanto, é necessário apontar que a consolidação desse discurso na memória regional vem acompanhada de uma forte tentativa de ocultar as experiências políticas e sociais daqueles que ousaram organizar a resistência regionalmente.

Diante disso, a construção desse trabalho tem como ponto de partida tentar compreender o período denominado Ditadura brasileira e seus inúmeros retrocessos, onde a estrutura militar foi veemente utilizada como forma de garantir o fim de um projeto político com inclinações nacionalistas e de cunho popular, representado por Jango, e até mesmo de linhas políticas mais radicalizadas, tais como o movimento comunista em ascensão e com forte referência entre os trabalhadores em nosso país. Contudo, para além desse aspecto, consideramos de extrema importância indicar que a estrutura militar foi implementada com amplo apoio das classes dominantes e do empresariado brasileiro em suas variadas frações articulados com o imperialismo norte-americano, a Igreja Católica e diversas instituições sociais, a exemplo da Maçonaria.

Com isso, esse trabalho pretende realizar uma abordagem das ações da ditadura na região e, conseqüentemente, socializar outras histórias e memórias de sujeitos cotidianamente marginalizados na produção do conhecimento e na própria história. Segundo Peixoto *et all* (1998)³:

O que se busca no passado é algo que pode até ter-se perdido nesse passado, mas que se coloca no presente como questão não resolvida. Vendo a história como um campo de possibilidades, visualizam-se, em cada momento, diferentes propostas em jogo e se uma delas venceu, venceu não porque tinha que vencer, mas por que uma série de injunções que é preciso desvendar. (p.43)

Para desenvolver essa pesquisa fizemos uso de fonte oral e também temos no *Jornal Diário da Tarde*, publicado em Ilhéus, e no processo 199 (70 - 73) do projeto *Brasil Nunca Mais* suportes elementares para auxiliar no processo de desmistificação da memória dominante sobre a não existência de ações da ditadura na cidade. O projeto Brasil Nunca Mais foi responsável por mapear a repressão realizada durante a Ditadura Brasileira, tendo como ponto de partida os processos contra inúmeros sujeitos que combateram ou não ao regime estabelecido.

A pesquisa no Diário da Tarde aponta não só a existência de ações orquestradas pelos órgãos institucionais, como também é possível percebermos que o golpe teve amplo apoio de setores da elite local, poder público, setores do movimento estudantil, Igreja católica e diversas camadas da sociedade. Contudo, um aspecto é bastante significativo do silêncio sobre as memórias da ditadura em Ilhéus: a mídia

³ ARAÚJO VIEIRA, Maria do Pilar de e CUNHA PEIXOTO; Maria do Rosário da e AUN KHOURY, Yara Maria. **A pesquisa em História**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

local pouco retratou sobre as ações de grupos políticos que combatiam o estado repressor. Em contrapartida, a mesma constrói um forte discurso do golpe e da Ditadura civil-militar⁴ como uma ação necessária para garantir a “ordem” e a “paz social” na cidade e no país.

1. A CONSTRUÇÃO DO GOLPE CIVIL - MILITAR NA CIDADE DE ILHÉUS.

Um dos primeiros aspectos que precisa ser elencado diz respeito à necessidade de compreendermos que a cidade de Ilhéus não está separada da dinâmica nacional. É importante lembrar que, naquele momento, Ilhéus detinha grande influência no âmbito regional e nacional, por conta da cultura cacauera que vivia o seu auge e que por muitos anos se colocou como principal fonte de riqueza da região.

Durante os anos sessenta o debate da construção da Ponte Ilhéus-Pontal, do Porto do Malhado, do Hospital Regional e a inauguração da Faculdade de Sociologia e Política ganharam a atenção da imprensa local e também dos vereadores da cidade. Ilhéus respirava ofegante pelo “progresso” socioeconômico.

Diante do fervor dessas discussões o embaixador norte-americano Lincoln Gordon, figura central na articulação do golpe militar no Brasil visitou a cidade em janeiro de 1964, com a finalidade de estreitar diálogos em torno do financiamento dos Estados Unidos da América à política cacauera. Tal visita demonstra a importância da região para a economia nacional e internacional. Além disso, nos dá uma forte dimensão do quanto a cidade não esteve distante dos acontecimentos nacionais. Naquela oportunidade o embaixador chegou a conceder uma breve entrevista ao *Diário da Tarde*, publicado em Ilhéus.

Esta visita à Ilhéus não é apenas um simples passeio de um embaixador em férias. Aqui estamos a convite do presidente do Instituto do Cacau da Bahia, sr. Antônio Vianna, para conhecermos de perto, não só as fazendas, os campos de experimentação como também - principalmente, o povo desta região que tanto tem contribuído para a grandeza desse país. [...] Apesar dessa

⁴ Ao longo do tempo novos elementos foram surgindo e a pesquisa acerca desse período tem sido desenvolvida com importantes contribuições para melhor compreendermos esse momento da nossa História. Em conjunto com esse desenvolvimento conceitos foram forjados, com a finalidade de definir o período que corresponde de 1964 - 1985. Diversas correntes do pensamento das ciências humanas têm (re)formulado os conceitos acerca desse tema, a exemplo, Ditadura burgo-militar, Ditadura empresarial-militar, entre outros. Em sua maioria, são terminologias que colocam em evidência, conjuntamente ao corpo militar, frações da sociedade brasileira que de alguma forma contribuíram efetivamente para a construção e legitimação do golpe e do pós - 64 no Brasil. Como é visível, neste trabalho o termo Ditadura civil-militar é adotado como forma de adjetivar esse período traumático da História brasileira. Assim como José Paulo Netto: 2014, considero que o apoio desses setores ao golpe e na legitimação do regime ditatorial foi essencial para que pudéssemos perceber a face civil da Ditadura. Além disso, destaco que o uso desse conceito não está descolado da compreensão da Ditadura brasileira como um elemento de classe, sendo que esses setores civis não podem ser entendidos distante desse prisma, logo não representam amplo e irrestritas camadas sociais, mas setores e/ou grupos, instituições específicas com interesses definidos a partir da sua condição de classe.

nossa rápida visita, podemos dizer que já conhecemos alguma coisa sobre o cacau, sobre as suas fantásticas possibilidades e sobre as condições de vida do povo que aqui vive. [...] Muito embora a Aliança para o Progresso tenha dado substancial importância através de alimentos para os países amigos, não consideramos essa ajuda como uma solução satisfatória, um meio que tenha resolvido problemas. Encaramos a remessa dessas toneladas de alimentos como uma emergência. Acreditamos, isto sim, num incentivo à produção como a única maneira de podermos efetivamente contribuir para a solução dos problemas fundamentais desses países. E esse incentivo à produção - como o que já realizamos no sul do país no setor de gado - poderá naturalmente ser realizado aqui nesta região no setor do cacau e de outros produtos básicos da zona. Podemos adiantar que, tão logo chegemos ao Rio, iremos estudar com carinho especial a possibilidade de podermos contribuir para o progresso maior do sul do Estado da Bahia, incentivando o aumento e aproveitamento dos recursos desta parte privilegiada do Brasil. (Diário da Tarde - 04 de Janeiro de 1964).

Além da visita do embaixador, no dia 16 de maio de 1964 o vice-cônsul dos Estados Unidos da América chegou a Ilhéus. O sr. Edward Service veio a convite do então diretor da Faculdade de Direito, Professor Soane Nazaré de Andrade, para participar da comemoração dos quatro anos da instituição e, como parte do cerimonial um retrato do Presidente Kennedy seria inaugurado em homenagem à *sua luta pela justiça social e pela liberdade* (Diário da Tarde - 16 de Maio de 1964).

Ainda nos marcos da década de sessenta a cidade de Ilhéus recebeu, com muito ânimo e expectativa, a notícia da possível visita do então Presidente da República, João Goulart. Essa visita não se concretizou, mas a possibilidade da sua efetivação impulsionou inúmeras discussões na Câmara de Vereadores. O então vereador Demosthenes Berbet de Castro – do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – justificou a resolução que concedeu ao Presidente o título de cidadão Ilheense.

Fazendo leitura de uma nota inserida pela imprensa, segundo o qual o Presidente da República só virá a Ilhéus quando tiver condições de anunciar medidas concretas referentes à ponte Ilhéus-Pontal, cais acostável do porto do Malhado e Hospital Regional o sr. Demosthenes Berbet de Castro disse que, bastariam essas providências para justificar a resolução de sua autoria, que concedeu o título de cidadão Ilheense ao sr. João Goulart. (Diário da Tarde - 28 de Janeiro de 1964).

Os elementos expostos nos dão ferramentas para melhor avaliarmos o clima político da cidade antes da instauração do golpe militar no país. A visita do embaixador, o título de cidadão Ilheense dado a João Goulart pelo seu comprometimento com as inúmeras obras em andamento materializam a significativa importância política de Ilhéus no cenário nacional e local. Além de demonstrar certa proximidade entre as esferas de poder atuantes naquele momento.

Em meio a toda euforia desenvolvimentista, durante o início de 1964, um vereador do PTB solicitou desligamento do mesmo alegando que estava existindo uma evidente influência dos comunistas nas fileiras do partido.

O vereador Osvaldo Bernardes de Souza enviou ofício ao presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, comunicando seu desligamento, em caráter irrevogável do partido, em virtude de “não se conforma, com a orientação

seguida pelo mesmo e influenciada por elementos comunistas [...]” (Diário da Tarde – 29 de Janeiro de 1964).

A postura do legislador revela a presença de uma tensão interna no PTB da cidade, no qual posições distintas estavam em disputa naquele período. De um lado o vereador Demosthenes representava uma postura mais progressista e levemente alinhada com as políticas *Janguistas*. Do outro é notória uma posição mais conservadora e diretamente relacionada com setores da elite regional e nacional. Importa ressaltar que a linha do trabalhismo ao modelo João Goulart não era unânime no partido, conforme expõem Ângela Gomes de Castro e Jorge Ferreira (2014)⁵:

As esquerdas, portanto, eram muitas, mas dois grandes partidos políticos nela se destacavam, atuando cada vez mais próximos: PTB e o PCB. Os movimentos sindical, camponês e estudantil estavam bem organizados, não se podendo desconsiderar, também, as esquerdas militares e católicas. Tratava-se de um grupo que se fortalecia como um todo, mas que era recortado por disputas de lideranças, e marcado por cisões quanto às formas de implementação das principais medidas de seu ideário. (p. 85).

Além disso, é fundamental apontar que nesse momento o golpe estava em construção avançada e as medidas consideradas nacionalistas de João Goulart amedrontavam a burguesia internacional, representada pelos Estados Unidos da América e as classes dominantes da sociedade brasileira, a exemplo dos grandes latifundiários, empresários e setores da mídia. De acordo com Ediane Lopes (2009)⁶:

Esse medo de um Jango amigo dos comunistas tem sua origem durante a atuação enquanto Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, entre os anos de 1953 e 1954. Naquele contexto, além de aproximar o Ministério do Trabalho dos próprios trabalhadores, estimulando as denúncias contra as infrações cometidas contra a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT),[...] para desespero e insatisfação de grande parte das classes dominantes daquele período, em especial, os grandes latifundiários. (p. 17)

Nesse cenário o PTB era um partido com grandes fissuras, a despeito da rigidez que seu diretório nacional utilizava para controlar as crescentes disputas internas por liderança, recorrendo algumas vezes até a expulsão de quadros (FERREIRA; GOMES. 2014). Não podemos esquecer que a região sul da Bahia era majoritariamente rural, onde a existência de concentração de posse de terras, em poder de poucos, era significativa, fator que nos leva a crer que as ações anunciadas pelo governo de João Goulart não fossem tão palatáveis aos interesses dos cacauicultores de Ilhéus e da região. Segundo Jacob Gorender (2014)⁷:

⁵ FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª. ed. Rio de Janeiro, 2014.

⁶ LOPES, Ediane S. **Campanhas de desestabilização de Jango: as “donas” saem às ruas!** In: ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro (org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. p. 13-29. Salvador: EDUFBA, 2009.

⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2014.

Tornou-se corrente na literatura acadêmica a assertiva de que, no pré-64, inexistiu verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo. Os golpistas teriam usado a ameaça apenas aparente como pretexto a fim de implantar um governo forte e modernizador. [...] Segundo penso, o período de 1960-1964 marca o ponto mais alto da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. (p. 75).

Os discursos das lideranças políticas da cidade tornam visíveis que o medo da *comunização* do Brasil também habitava a cidade de Ilhéus e tinha no vereador Osvaldo Bernardes, na elite local e sobretudo na Igreja Católica importantes correias de transmissão da sua ideologia. Tal afirmativa fica evidente quando analisamos o discurso proferido pelo vereador à imprensa.

Sr. Bernardes criticava com veemência os sindicatos de classe, afirmando que as entidades trabalhadoras estão manobradas por maus brasileiros pela comunização do Brasil. Refere-se o édil a greve dos bancários de Salvador e da posição tomada pelo sindicato dessa classe em Ilhéus, através de manifesto publicado na imprensa, decretando estado de alerta e mobilização geral dos bancários. Refutando as palavras do seu colega o Sr. Berbert de Castro manifestou sua posição junto às classes trabalhadoras as quais lutam pelas reivindicações que venham a lhes proporcionar dias melhores para suas famílias, criticando a mentalidade em termos de um liberalismo obsoleto a democracia que pregam, sempre ao lado dos ricos e poderosos contra os humildes e operários. (Diário da Tarde - 30 de Janeiro de 1964).

Além da exposta diferença de posição frente a conjuntura e o papel do partido diante dela, a tensão entre os dois legisladores ficou ainda mais notória a partir do momento que o vereador Osvaldo Bernardes, após o golpe que depôs o presidente, lançou um requerimento em março daquele mesmo ano solicitando a cassação do título de Cidadão Ilheense que foi concedido a João Goulart através da iniciativa do vereador Demosthenes Berbet de Castro.

[...] O sr. Osvaldo Bernardes justificou a sua proposição, com os seguintes termos - Tendo sido cassados os direitos políticos do ex-presidente João Goulart, não havendo o mesmo recebido o título de Cidadão Ilheense que lhe fora conferido, e com a participação direta para a comunização do Brasil, segundo provas, testemunhos e documentação divulgados pela imprensa nacional, e com a recente afirmativa do Ministro de Guerra [...] achamos por bem cancelar a referida honraria, a quem não soube se conduzir na presidência da República a altura dos sentimentos cristãos e democráticos do povo brasileiro que o elegeu. (Diário da Tarde - 30 de Maio de 1964).

A proposição do vereador Osvaldo Bernardes só voltou a ser discutida em plenário no ano de 1966, ficando deliberada a manutenção do título de cidadão ilheense ao então ex- presidente João Goulart. Na oportunidade, o vereador Demosthenes voltou a discursar em defesa de Jango, alegando que o requerimento tinha unicamente *o sentido de apenas provocar os edis pertencentes à ARENA*. Além disso, foi apontado que tornar sem efeito tal requerimento seria uma ingratidão com o ex-presidente, pois durante o período que ocupou o poder o mesmo fez-se presente em Ilhéus através das obras federais aqui realizadas. Na ocasião o vereador citou como exemplo, a construção do porto do Malhado. Ao que parece o requerimento para

concessão do título de cidadão ilheense foi muito usado durante a década de sessenta.

Mais um título de Cidadão Ilheense foi proposto na Câmara, elevando para 4 o número de projeto de resoluções neste sentido, em tramitação. Os títulos são para o Presidente Castelo Branco, Ministro Juraci Magalhães, Ministro Artur da Costa e Silva e Ministro Luiz Viana Filho, de autoria, respectivamente, dos vereadores Demosthenes Berbet de Castro, Osvaldo Bernardes, Silvio Siqueira Santos e Ponciano de Novais Miranda. (Diário da Tarde – 23 de novembro de 1965).

É central explicar, portanto, que a postura conservadora não era algo exclusivo do vereador Osvaldo Bernardes. Logo após a instauração do golpe civil-militar a Câmara Municipal da cidade foi palco de discursos que tinham como perspectiva legitimar as ações dos militares no Brasil. O velho argumento, carregado de moralismo, com a falsa ideia de defesa da constituição e dos preceitos democráticos foi intensamente utilizado pelos setores golpistas da cidade. O discurso ganha o tom de combate à "cortina vermelha" que ameaçava as Américas. Afinal, o Brasil não poderia tornar-se uma segunda Cuba no novo continente.

Os vereadores Ilheenses manifestaram ontem, através das palavras dos srs. Ariston Cardoso e Osvaldo Bernardes, sua solidariedade ao Comando Supremo da Revolução. Ressaltaram sua confiança nas Forças Armadas que, sempre coerentes, tem tomado a defesa da constituição, quando ameaçada por ideologias que não se conciliam com o pensamento democrático do povo brasileiro. (Diário da Tarde - 11 de abril 1964).

O fantasma do comunismo e até mesmo o receio da formação de uma *República sindicalista* levou a Igreja Católica, em conjunto com setores médios da sociedade e organizações da direita golpista a convocarem, em resposta ao comício da Central do Brasil em que João Goulart anunciou as reformas de base, grandes Marchas da Família com Deus pela Democracia e Liberdade. No centro do discurso imperava o pavor da "comunização do país". O inimigo, afinal, era um "monstro" de vários tentáculos: ateu, corrupto, insidioso, bolchevista, cubano, imbuído da firme determinação de solapar as liberdades, destruir a família e expropriar as propriedades de todos (MORAES, 2011).

A posse conturbada de Jango em 1961 com a renúncia do Jânio Quadros, a instalação do parlamentarismo e a sua revogação após ampla e forte mobilização popular que culminou na antecipação do plebiscito, em que o povo brasileiro optou por retornar ao modelo presidencialista, até o golpe em abril de 1964, transformaram o Brasil num palco de intenso processo de agudização das lutas e da participação popular nas esferas de poder. Durante a década de sessenta, vimos o crescimento e fortalecimento do movimento sindical do campo e da cidade, movimento estudantil representado pela então aguerrida União Nacional dos Estudantes e a criação das Ligas Camponesas no nordeste do país.

De acordo com José Paulo Netto (2014: p. 45), o movimento operário e sindical, no qual sobressaíam direções hegemônicas pelo PTB (frequentemente secundado pelos comunistas), ampliou-se muito – como atesta o crescimento do

número de entidades sindicais em todo país (os 1.608 sindicatos existentes em 1960 somavam, em finais de 1964, 2.049). Esses setores passaram a exercer influência direta no governo de Jango e na sua política, a exemplo, da forte campanha encabeçada pelos setores acima citados, pela radicalização das medidas do presidente, que acarretou no anúncio das *reformas de base* no dia 13 de março de 1964, durante o comício da Central do Brasil. Esses elementos foram utilizados pelas classes exploradoras para justificar o discurso de combate à *comunização e formação de uma república sindicalista no Brasil*. Além disso, a proximidade e a abertura que João Goulart oportunizou aos movimentos populares e de classe assustava o empresariado e os grandes latifundiários do país. José Paulo Netto (2014) acrescenta:

Compreende-se que a efervescência democrática em curso, especialmente a partir de 1961 tenha despertado uma vigorosa resposta das forças e organizações políticas que viam sob ameaça os seus interesses e privilégios. A alternativa concreta de uma transformação qualitativa no regime democrático brasileiro – e era exatamente isto o que estava ocorrendo: *os limites de uma democracia restrita estavam sendo forçados, para abrir passo a uma democracia de participação ampliada* – horrorizava as "classes produtoras". (p. 48).

Diante disso, podemos dizer que as Marchas da Família foram essenciais na campanha de *desestabilização do presidente Jango* e na legitimação do golpe. Justamente com esse sentimento, diversos setores da sociedade brasileira ocuparam as ruas de São Paulo no dia 19 de Março de 1964, dia de comemoração de São José, o padroeiro da família.

Compreender o momento no qual as marchas foram realizadas é fundamental para melhor avaliarmos seus impactos e significados na nebulosa conjuntura da época. É importante frisar que, no cenário anterior ao golpe, as marchas ganharam as ruas com um tom de clamor pela intervenção militar no país. Contudo, as marchas que são realizadas pós-golpe adquirem o significado de legitimação do regime militar já instaurado. É exatamente nesse segundo momento que elas são realizadas em Ilhéus e no distrito de Pimenteira⁸.

Notícias procedentes da vila de Pimenteira, dão conta de uma passeata cívica ali realizada pelo povo em regosijo pela vitória da revolução e conseqüentemente posse do marechal Humberto Castelo Branco na presidência da República. Durante o "cortejo da democracia", no qual tremulavam bandeiras brasileiras conduzidas por moças da sociedade local, usaram da palavra vários oradores, todos exaltando o movimento de redenção nacional verificado no dia 1º corrente. (Diário da Tarde – 24 de abril de 1964).

A marcha em Pimenteira aconteceu um mês antes da mobilização que só viria ocorrer em Ilhéus no mês de junho. A passeata na vila foi um grande ensaio até a *apoteótica* marcha da cidade em Ilhéus.

⁸ Unidade territorial a nível de distrito da Cidade de Ilhéus – Bahia.

O Prefeito Herval Soledade e outras autoridades civis, militares e eclesiásticas participarão da Marcha da Família com Deus pela Liberdade que se realizará amanhã *07 de junho de 1964* (grifo meu), a partir das 15 horas nesta cidade [...] onde em palanque armado pela Prefeitura, falarão vários oradores. (Diário da Tarde – 06 de Junho de 1964).

Assim como inúmeras cidades do país, a marcha que aconteceu na cidade foi organizada pela Federação das Congregações Marianas da Diocese de Ilhéus e teve forte apoio de figuras políticas com imenso prestígio na região, a exemplo do próprio Prefeito Herval Soledade, que no dia da posse do primeiro militar a assumir a presidência da república, decretou feriado na cidade.

O jornal *Diário da Tarde* cumpriu um papel imprescindível na divulgação da passeata e na disseminação da sua função social de combate à “baderna” e “em defesa da ordem e da paz social”. Após a realização da *apoteótica* mobilização, o principal veículo de informação local tratou de noticiar o sucesso do evento.

Constituiu uma impressionante demonstração de fé e civismo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada ontem à tarde, em nossa cidade, com a participação de autoridades, instituições, escolas e associações religiosas e civis além do povo em geral representado por todas as classes. A família Ilheense esteve presente, por todas as camadas, no grandioso desfile de milhares de pessoas [...]. (Diário da Tarde – 08 de Junho de 1964).

A construção da marcha em Ilhéus, assim como em vários lugares do Brasil ficou centralizada predominantemente entre os setores médios e alto da sociedade. Setores da classe média e alta da região cacauceira, em sua maioria, foram às ruas e definiram seu lado diante de um dos momentos mais complexos de nossa História recente. Todavia, para além da organização, é central que façamos uma discussão a respeito dos grupos políticos e instituições que apoiaram tal evento e contribuíram efetivamente para legitimar as ações da ditadura na cidade.

[...] Sete oradores usaram da palavra [*no comício realizado após a passeata da marcha*]: sr. Enedino Britto Selmann, pelas Congregações Marianas; Padre Jorge Saraiva, pela Diocese de Ilhéus; promotor Waly Oliveira Lima, pelos promotores de Ilhéus e em nome do Poder Judiciário local; Osorio da Silva Pinto, pelos trabalhadores de Ilhéus; prof. Soane Nazaré de Andrade, em nome da Faculdade de Direito de Ilhéus, da qual é diretor; e, agradecendo em nome das Forças Armadas, falou o major José Carlos Santos Junior, para, numa prece a Deus, falar o nosso Bispo D. Caetano A. Lima dos Santos. Os oradores ressaltaram o papel desempenhado pelas Forças Armadas [...] pelo povo brasileiro no combate ao comunismo e à baderna que se desenvolvia a passos largos no governo deposto, sendo entusiasticamente aplaudidos. (Diário da Tarde – 09 de Junho de 1964).

Além desses setores foi significativa a participação de importantes instituições educacionais e entidades da cidade.

O Instituto Nossa Senhora da Piedade, Instituto Municipal de Educação, Centro Educacional Alvaro Melo Vieira, Escolas Primárias estaduais e municipais, representações da Associação C. [Comercial] de Ilhéus, do Lions Clube de Ilhéus, da Loja Maçônica "Regeneração Sul Bahiana", os

Expedicionários, representações dos trabalhadores, arrumadores e estiva, a Maternidade Santa Izabel, com as senhoras de Caridade, suas enfermeiras e suas religiosas, afinal, povo em massa, participaram do desfile cívico-religioso, o maior até hoje havido nesta cidade, conduzindo dísticos, estandartes e bandeiras [...]. (Diário da Tarde – 09 de Junho de 1964).

A partir dos elementos expostos fica nítido que a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade teve amplo apoio social em Ilhéus, sobretudo de grupos e instituições que tem suas raízes fincadas nas camadas mais favorecidas, por exemplo, o Lions Clube e a Maçonaria. Saindo âmbito institucional, no que se refere aos apoiadores da Marcha da Família, uma figura particular merece destaque: Soane Nazaré de Andrade, indivíduo que, atualmente, dá nome ao *campus* da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). A valorização da imagem de Soane Nazaré se dá não só pelo apoio a *apoteótica* marcha, mas também pela forte campanha de legitimação do golpe na cidade. Soane Nazaré escreveu, três dias após a instauração do golpe, o primeiro de muitos outros artigos publicados no Diário da Tarde, apoiando o novo governo. A nota publicada por Soane Nazaré afirma:

Já não há relevância na discussão histórica dos motivos da revolução triunfante, porque é preciso agora unir todas as forças efetivamente democráticas para a construção de um Brasil maior. [...] E nos dedicássemos ao trabalho de revigoração das instituições republicanas, para que se ponham a serviço do povo trabalhador. O ex-presidente Goulart não tombou por acaso. Caiu ferido porque foi flagrado atentando contra a constituição, que é legítimo pretender reformar, mas é criminoso pretender destruir. O primeiro trabalho da Revolução é, portanto, fortalecer a Carta Magna [...] E depois a revolução vitoriosa precisa impulsionar o movimento reformista democrático, reclamado pelo povo brasileiro como instrumento do agigantamento nacional. O Brasil será um dos grandes bastiões da Democracia, assim como os Estados Unidos, se a estrutura nacional for modificada para assegurar a justiça social e o progresso do país. (Diário da Tarde – 04 de abril de 1964).

Os setores historicamente pertencentes às classes dominantes na cidade vislumbraram em Jango e nas temidas *reformas de base* um ataque direto a seus históricos privilégios.

Sendo assim, é preciso destacar que o momento histórico no qual Soane Nazaré e todos os setores dominantes da sociedade autoproclamaram como um episódio revolucionário. Para José Paulo Netto (2014, p. 83) “ O regime se configurou como ditadura dos seus momentos iniciais ao seu declínio e à sua derrota [...]”, no qual o uso da violência, a intensa restrição política para os opositores do regime com aberto consentimento do Estado brasileiro constituiu o cotidiano social do país.

Nesse processo consideramos importante destacar que a participação da Associação de Estudantes Médios de Ilhéus (AESMI) na passeata da marcha obteve grande repercussão na mídia local. A AESMI era ligada ao Instituto Nossa Senhora da Piedade, instituição educacional privada e diretamente atrelada com à Igreja Católica, em que a maioria de seu alunado era, sobretudo, composta pelos filhos da

elite da região. Na ocasião, o discurso proferido pelo seu então presidente Sandoval de Souza Filho foi saudado pelo editorial do jornal Diário da Tarde, em 10 de junho de 1964. Infelizmente o jornal não colocou o teor do discurso do representante estudantil da referida associação.

Se de um lado tivemos uma entidade de representação estudantil que foi forte colaboradora da política golpista no início dos anos sessenta, não podemos deixar de evidenciar o papel antagônico que a Associação Geral de Estudantes de Ilhéus-AGEI desenvolveu na cidade durante o final dessa década. Segundo Antônio Calasans⁹:

[...] fundamos a organização estudantil aqui, o AGEI (Associação Geral de estudantes de Ilhéus). Nós fundamos, criamos um jornal, criamos um programa na emissora de rádio, onde falávamos sobre a questão do campesinato no Brasil, certo? [...] O certo é que esse pessoal junto comigo, nós criamos um movimento aqui de combate à ditadura e chegou no seu auge quando aconteceu aqueles crimes do *Calabouço* lá no Rio de Janeiro, onde foi assassinado o estudante Edson Luís, certo? E nesse dia, nos dias seguintes nós fizemos um movimento grandioso. Foi o único movimento estudantil que aconteceu em Ilhéus foi quando nós fizemos esse movimento, organizamos e dirigimos esse movimento. [...] Quando ganhamos às ruas, as faixas que indicavam eram, uma delas diziam assim, o lema da ditadura: *Ouro pros americanos, prata pros militares e chumbo pra quem não gostar*. Então isso nos rendeu uma perseguição muito forte. [...] passaram recado dizendo que o comandante militar da área não ia permitir nenhuma ofensa às forças armadas, qualquer coisa eles iam intervir violentamente. (Ilhéus, 28 de outubro de 2015).

Essas atividades, articuladas e desenvolvidas pelos estudantes da cidade, mesmo realizadas em períodos conjunturais e com objetivos distintos deixa em evidência que os atos de repulsa e também de apoio ao poder ditatorial não ficaram no limiar das grandes capitais como muitos gostam de afirmar.

A repulsa não foi o único sentimento presente na sociedade ilheense. Alguns setores também constituíram o grupo de apoio ao regime recém instalado. As ações de combate à ditadura reforçam o protagonismo da juventude interiorana na resistência ao modelo de Estado vigente. A atuação da AESMI e da AGEI, mesmo em períodos distintos na História da cidade, colocam em aparência dois projetos políticos que se colocariam em disputa na memória Ilhéus. Projetos com interesses explicitamente antagônicos diante da complexa dinâmica política brasileira.

A realização da marcha foi crucial para identificarmos a atuação da forças armadas em conjunto com a extensa ala golpista, até então pouco evidenciada no noticiário, na cidade.

Posterior as marchas da família a cidade foi palco de intervenção nos sindicatos da cidade. De acordo com o jornal Diário da Tarde, de 11 de abril de 1964, interventores seriam enviados para vários sindicatos, que estavam sob alegação de terem ligação ou comprometimento com o Partido Comunista. Os interventores

⁹ Antônio Calasans foi militante do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – durante o final da década de sessenta e nos anos setenta. A entrevista foi realizada no dia 28 de outubro de 2015 na Universidade Estadual de Santa Cruz. Essa entrevista faz parte do conjunto de atividades realizadas pelo projeto ensino *Memórias da ditadura civil-militar de 1964-1985 em Ilhéus/Itabuna: imprensa e fontes orais no ensino e na pesquisa em História*.

foram chamados com a finalidade de “normalizar o funcionamento das entidades de classe e a sua integração nos verdadeiros objetivos do sindicalismo, não havendo propósito de impedir o crescimento dos órgãos de classe, nem tão pouco de hostilizar os dirigentes sindicais, [...] nem as classes que a dirige”, finalizou Amadiz Barreto¹⁰.

As intervenções da Delegacia do Trabalho não ficaram restritas aos sindicatos da capital baiana. Em Ilhéus os sindicatos dos Estivadores e Ferroviários foram atingidos pela iniciativa. É importante salientar que os interventores eram militares e cada sindicato tinha um interventor designado. No caso do sindicato dos Estivadores de Ilhéus a intervenção ficou por conta do Tenente Francisco José Jansen da Silva Melo¹¹.

Pelas informações presentes no Diário da Tarde, a atuação militar não mediu esforços para garantir a ordem e a disciplina na cidade, seguindo os princípios do novo regime, para o funcionamento das entidades de classes.

A imprensa de Salvador publica a mais recente lista de pessoas que foram liberadas, segundo divulgação da VI Região Militar, cujos pedidos de prisão preventiva não foram decretados pelo Conselho Permanente de Justiça. Da referida lista constam, entre outros, os nomes [...] dos Sindicatos dos Estivadores e dos Ferroviários de Ilhéus respectivamente srs. José Pinto Madureira e Ascendino da Silva Bina. (Diário da Tarde – 27 de Junho de 1964).

Na década de 1960 os comunistas estavam inseridos em vários segmentos da sociedade Ilheense e tinham participação em vários sindicatos, entre eles o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, Sindicato dos Estivadores do Porto de Ilhéus e no Sindicato dos Ferroviários¹². Dênis de Moraes (2011, p. 34) aponta que o movimento sindical até 1964 tinha algumas características. Ele afirma que os estivadores, marítimos, bancários, metalúrgicos, têxteis e ferroviários eram setores considerados de "vanguarda", e tinham o maior número de trabalhadores sindicalizados. Nesse sentido, a atuação da ditadura nessas entidades não aconteceu por acaso, mas sim com a finalidade de desarticular os setores avançados em organização e capacidade de intervenção diante da difícil conjuntura.

Em 1970, especificamente no dia 23 de julho, é noticiada no *Diário da Tarde* a prisão e absolvição de alguns líderes sindicais. A auditoria da 6ª circunscrição judiciária militar deliberou sentença para 15 pessoas. Na ocasião apenas o estivador ilheense José Pinto Madureira foi absolvido da acusação de atentado à Segurança Nacional, os outros acusados tiveram pena de 2 anos de reclusão de acordo com o artigo 13 da lei 1.802 e baseado no artigo 12 da mesma lei alguns réus foram

¹⁰ Diário da Tarde de Ilhéus - 13 de abril de 1964, p. 1ª.

¹¹ Idem.

¹² SANTOS, Jeane da Silva. Mobilização Estudantil e Ditadura Militar na Região Ilhéus – Itabuna (1964 –1969). Monografia de conclusão de curso. Ilhéus, UESC, 2006. pg. 24. Disponível no Centro de Documentação e Memória Regional da UESC.

penalizados com 6 meses de reclusão. Segundo o noticiário os réus estavam sendo acusados de promoverem greve na Leste Brasileiro e “invadirem” propriedade de posse da Ferrovia. Após decisão os condenados foram encaminhados para Casa de Detenção onde deveriam cumprir sentença¹³.

1. PRESENÇA MILITAR NO CONTROLE DOS PREÇOS E NA VIGILÂNCIA POLÍTICA E URBANA.

Quando foi iniciado os primeiros contatos com o tema as primeiras questões que vinham em mente eram o quanto a tortura, mortes, prisões arbitrárias e tantas outras violações aos direitos humanos foram cometidas pelo regime *autocrático*. Todavia, ao iniciar a pesquisa no jornal *Diário da Tarde* foi possível perceber a escassez de notícias que falassem sobre essas questões e tantas formas de violências que foram cotidianamente usadas pelo Estado brasileiro durante os anos que os militares ocuparam o poder. Esses silêncios evidenciaram que o caminho da pesquisa deve ser forjado a partir de intenso diálogo com as fontes e os elementos que a mesma nos coloca.

Com base nas informações analisadas foi possível identificarmos que as ações do regime ditatorial não podem ser vistas sobre o prisma da ação violenta - torturas e mortes, como única via possível. Acredita-se que seja consenso que um dos elementos que caracterizaram a ditadura civil-militar foi a deliberada intensificação do caráter repressor do Estado diante da ruptura democrática. Contudo, é fundamental nos atentarmos para as particularidades regionais e conseqüentemente outras nuances que surgiram no decorrer desse processo, entre essas, a militarização do corpo social e da própria estrutura burocrática do Estado brasileiro.

Diante disso, é preciso afirmar que o golpe militar colocou a sociedade brasileira diante de uma nova dinâmica político-social. A partir de abril de 1964 teve início o cerceamento das liberdades democráticas, com intensas perseguições, controle social e o uso extremado da força como mecanismo de garantir a tão clamada "estabilidade" política e econômica.

Em 1964 é lançado o decreto que criou a comissão de controle dos preços na cidade de Ilhéus. O *Diário da Tarde* de 16 de maio de 1964 anunciou oficialmente a criação da comissão¹⁴ que tinha como gerente o comando militar da cidade¹⁵, que por sua vez estava subordinado à VI Região Militar – sediado em Salvador.

A aludida comissão tem como principal propósito, sob a orientação das Forças Armadas, fazer cumprir a Resolução nº 51, de 17 de fevereiro do

¹³ *Diário da Tarde* de Ilhéus – 23 de julho de 1970. p. 1.

¹⁴ *Diário da Tarde* -15 de maio de 1964. p. 4.

¹⁵ Em nota publicada no *Diário da Tarde*, do dia 15 de maio de 1964 – p. 1, foi anunciado que o comando militar tomaria frente nas ações de controle de preços, combatendo a ganância e em defesa dos interesses da população.

corrente ano, publicada no "Diário Oficial" da União em 3 de março de 1964, a qual criou a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab). (Diário da Tarde – 16 de maio de 1964).

Quando foi criada, a primeira medida da comissão foi dividir as mercadorias em duas classes e estabelecer os limites de lucro que os comerciantes poderiam ter ao comercializá-las. As classes eram divididas em *comum* e *especial*. Para representantes atacadistas e varejistas da primeira o lucro máximo era de 20% e 10% respectivamente. Já a segunda, os varejistas poderiam lucrar até 25% e os atacadistas 15%. Em Ilhéus a comissão da SUNAB tinha como presidente o Major Santos Júnior e na Associação Comercial de Ilhéus sua sede, sendo que as reuniões eram realizadas no salão da entidade. A sua criação foi motivo de comemoração por parte do noticiário local.

Colaborando com as autoridades locais, o Comando Militar da cidade está participando da batalha contra a ganância e a especulação criminosa no setor do abastecimento, tendo sido constituída uma Comissão de Preços para agir na defesa dos interesses da população, principalmente das classes menos favorecidas que são as vítimas da conjuntura econômico-financeira [...]. Nessa área de luta a Revolução vitoriosa encontra decerto o seu verdadeiro sentido porque o povo o que realmente deseja do novo governo instalado no país é que se faça sentir a sua ação contra a miséria, contra as iniquidades que condenam os pobres à fome e comprometem irreparavelmente a paz social. (Diário da Tarde – 16 de maio de 1964).

Ainda sobre o tema o jornal indica que:

É verdadeiramente auspiciosa a cooperação dos militares nessa área com as autoridades locais que não tinham condições para adotar as medidas adequadas, por lhes faltar o principal elemento: a força para garantir ao povo o direito de viver. Essa contribuição inestimável trouxeram as Fôrças Armadas aos nobres objetivos da Revolução consubstanciados nos anseio coletivo da justiça social. (Diário da Tarde – 16 de maio de 1964).

A nota do jornal deixa nítida que a garantia do controle dos preços se transformou num assunto que tinha na força coercitiva dos militares a única forma de atingir êxito e representa a legitimação do uso da força como ferramenta de garantir uma pretensa condição de vida mais elevada para os setores subalternos. É indispensável especificar que a SUNAB geriu a cidade em quase todos os setores da vida pública (SANTOS, 2006). Contudo, os decretos da SUNAB na cidade foram motivos de contestações e geraram conflitos entre a comissão e pequenos comerciantes da região que também atuavam no comércio da cidade.

Reassumindo as suas funções de presidente da Comissão da Sunab em Ilhéus, o major Santos Junior está enfrentando [...] a reação oferecida pelos açougueiros locais, que sem consulta alguma à Sunab, resolveram elevar o preço da carne com osso para \$ 400,00. [...] Depois entrou no mercado de carne verde a empresa Guanais, que numa forma típica de contrato de adesão, passou a competir com os demais abatedores existentes; e, pela ação conjunta da fiscalização e da saúde pública, os pequenos abatedores não puderam resistir, pois abatiam fora do mercado local, inclusive noutros

municípios, e as exigências legais constituíram entrave ao pequeno comércio que desenvolviam. [...] (Diário da Tarde – 28 de julho de 1964).

A descoberta do aumento no preço da carne por parte dos açougueiros foi fruto de denúncia dos próprios consumidores. A partir daí a SUNAB conseguiu *colher em flagrante* o Sr. José de Souza, que segundo o jornal Diário da Tarde era o principal açougueiro abastecido pela empresa Guanais.

Inquerido, José de Souza alegou que todos os açougueiros que se servem daquela empresa resolveram elevar a carne com osso para Cr\$ 400,00 pois a empresa passou a entregar o boi fechado, já abatido, a preço de nove mil e poucos cruzeiros a arroba; e, se vendido a Cr\$ 350,00 a carne com osso e Cr\$ 600,00 a despostada, conseguiam apurar, apenas, oito mil e tantos cruzeiros, não chegando sequer, a apurar o valor que tinham de pagar à empresa Guanais [...]. (Diário da Tarde – 28 de julho de 1964).

Passado o período de apuração da alteração do preço da carne, a empresa Guanais abandonou o mercado de abatimento de boi na cidade. A ação dos açougueiros nos dá um indicio que a atuação da SUNAB não tinha uma aprovação ampla na sociedade, sobretudo entre os comerciantes. O *modus operandi* da comissão e sua política reguladora dificultou a vida dos pequenos comerciantes e possibilitou a formação de pequenos monopólios na prestação de serviços, gerando alteração no perfil do comércio local. Além disso, fica explícito que as medidas de controle não eram direcionadas a determinados setores do comércio.

As ações de combate à política reguladora não ficaram restritas aos açougueiros. Em junho a SUNAB teve que enfrentar a sagaz manobra dos colonos Italianos, que eram responsáveis pela venda de verduras na cidade de Ilhéus e Itabuna e região, para garantir o aumento do preço das verduras. Tito La Macchia e Nicola Iervesz, foram acusados de retirarem os produtos da prateleira para assim promoverem elevações no preço das frutas e verduras provocando *colapso* no abastecimento. Segundo o Major Santos Júnior:

[...] os italianos conseguiram burlar as atenções da fiscalização de Itiruçu e Jaguaquera, chegando mesmo a preencherem as Guias de Transito, e, nestas, colocando os preços que pretendiam. (Diário da Tarde – 26 de junho de 1964).

Em contrapartida aos conflitos, a instauração e as medidas da comissão também foram motivo de comemoração por parte de alguns indivíduos da cidade. Em coluna publicada no dia 27 de abril, Nelson Gallo ressaltou que:

O fato mais auspicioso para o nosso povo, após a vitória de 1ª de abril, foi o recente congelamento dos gêneros de primeira necessidade, em todo o Estado da Bahia (Ilhéus, inclusive, graças a Deus!). Agora, vamos aguardar as providências das autoridades locais, a respeito do assunto. E que estas não demorem, são os nossos mais ardentes votos, de que que sofremos na própria carne o aumento desordenado e constante do "pão nosso de cada dia".(Diário da Tarde – 27 de abril de 1964).

Paralelo à atuação da SUNAB, uma Equipe de Investigações Sumárias foi

instalada em Ilhéus, com a finalidade de garantir o cumprimento do Ato Institucional nº 1 (A.I), sob o comando do 1.º Tenente Geraldo de Souza Vilarinho e do promotor público e representante do Estado, George Frago Modesto. O Ato Institucional nº 1, que entrou em vigor no dia 09 de abril de 1964, rompeu com a garantia constitucional da vitaliciedade e estabilidade, ou seja, colocando sob pressão, sobretudo, aqueles setores que ousasse questionar a ordem estabelecida. Tal equipe funcionou na sede da prefeitura do município¹⁶.

A criação da equipe e/ou comissão de investigação sumária que foi instalada em Ilhéus e em inúmeras cidades do Brasil foi baseada na Doutrina de Segurança Nacional. Para a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a questão central é a garantia da *segurança interna*, que está condicionada a duas exigências: "a criação de um *aparato repressivo*, encimado por uma *rede de informações* que permita detectar o "inimigo interno" (os "subversivos")." (NETTO: 2014, p. 84). As garras da ditadura e seus mecanismos de pressão social na cidade de Ilhéus podem ser visualizadas através da militarizada SUNAB e também da instauração da equipe de investigação sumária.

Em consonância com essas posturas, a imprensa local, em aliança com a elite, tentam construir uma imagem do caráter social do que eles autoproclamam de Revolução. As notas e colunas do jornal *Diário da Tarde* ficam direcionadas em naturalizar e legitimar a militarização da dinâmica social. Em nota divulgada no dia 22 de Maio de 1964 o jornal anuncia categoricamente: *A revolução não está a serviço do ódio de ninguém*¹⁷, sendo a atuação militar no controle do abastecimento o maior exemplo para tal afirmação.

A intervenção da SUNAB foi demasiadamente elogiada na cidade e também pelo comandante da VI Região Militar, General Manoel Mendes Pereira. Em visita à região, no final de julho, o militar pode conhecer o trabalho desenvolvido pela comissão instalada em Ilhéus¹⁸. Como reconhecimento da ação aqui desenvolvida, o Major Santos Júnior foi transferido para a capital da Bahia com a finalidade de dirigir o órgão estadualmente¹⁹. Sua ida para Salvador colocou a comissão local da SUNAB sob nova direção, ficando sob o comando do capitão do exército Artur Guimarães Lins, que na configuração anterior da comissão ocupava o cargo de assessor para assuntos logísticos. Posteriormente o comando da comissão ficou a cargo do capitão Geraldo Silva.

Ainda em julho o órgão regulador efetuou uma grande intervenção na cidade. A

¹⁶ Diário da Tarde – 27 de maio de 1964. p. 1.

¹⁷ Diário da Tarde – 22 de maio de 1964. p. 2.

¹⁸ Diário da Tarde – 31 de julho de 1964. p. 1.

¹⁹ Diário da Tarde – 01 de agosto de 1964. p.1.

Operação Contal foi realizada no dia 07 do mês citado, e tinha como objetivo central encontrar irregularidades no comércio local, garantindo assim o cumprimento da resolução 51 (criadora da SUNAB). A operação foi conduzida com forte apoio de soldados do exército, marinha e polícia militar. Segundo informações do *Diário da Tarde*, a operação contou com a presença de quarenta e três pessoas, sendo vinte e três militares do Exército, da Marinha de Guerra, da Aeronáutica e Polícia Militar²⁰. Após tal procedimento a comissão de controle de preços, em conjunto com a Associação Comercial de Ilhéus realizou uma reunião para avaliar tal ação.

A Associação Comercial, por seus diretores, ressaltou que o comércio de Ilhéus está sentindo dificuldades em virtude da impossibilidade de estocar, uma vez que a resolução 51 não admite [que] sejam computados juros nas vendas a prazo: e que a chamada *Operação Central* [sic] causou certa surpresa em virtude da quantidade de militares fardados que dela participaram. (Diário da Tarde – 10 de julho de 1964).

A *Operação Contal* colocou em evidência a militarização da SUNAB e sua política de controle da dinâmica social e urbana. Além disso, demonstrou a presença do aparato de repressão do Estado, contribuindo para desnudar a imagem social do órgão que localmente tinha como cartão de visita o seu "atendimento às camadas populares".

De outro modo, é preciso elencar que a atuação da SUNAB não vingou na cidade. Em notícia veiculada no dia 04 de setembro de 1964, o jornal local fala do projeto de extinção do órgão regulador. O projeto foi de autoria do vice-líder udenista Adolfo Oliveira – da União Democrática Nacional do Rio de Janeiro. De acordo com o deputado, “esse órgão é a antiga COFAP com outra sigla apenas, pois é uma triste repetição desta em tudo, até mesmo na manutenção criminosa de graves irregularidades no abastecimento de gêneros de primeira necessidade”. O parlamentar alegou que a ausência de produtos como o café e o leite (produtos que o Brasil tinha produção em larga escala) são manobras para forçar o aumento nos preços, arbitrariedade essa que era apoiada pelo órgão controlador.

Após anúncio do possível fim do órgão a nível nacional, a comissão da SUNAB na cidade proibiu qualquer aumento no valor da tarifa dos transportes urbanos. Essa foi a última medida da SUNAB anunciada pelo *Diário da Tarde*. Em outubro de 1964 as representações militares são extintas da comissão de Ilhéus²¹ e em nota lançada no jornal o comando militar agradeceu aos componentes da comissão pela dedicação e anunciou:

²⁰ *Diário da Tarde* – 08 de julho de 1964. p. 1.

²¹ *Diário da Tarde* – 20 de outubro de 1964. p. 1.

Por determinação superior emenda do Exmo. Sr. General Comandante da 6ª Região Militar, foi extinta a representação Militar e a comissão da Sunab de Ilhéus. (Diário da Tarde – 26 de Outubro de 1964).

Nesse sentido, é fundamental destacar que a composição da SUNAB não estava restrita aos militares, tendo em vista que figuras como Álvaro Melo Vieira, Francolino Neto e tantas outras personalidades da cidade também compuseram o órgão regulador, atuando como braço civil do órgão. O primeiro como representante da Associação Comercial (local onde as reuniões da SUNAB eram realizadas) e o segundo era professor na Faculdade de Direito da cidade.

No dia 22 de outubro de 1964 o jornal Diário da Tarde publicou a nota do Major Santos Júnior. Na oportunidade o então comandante da SUNAB solicitou o desligamento do órgão e explicou os motivos para tal. De acordo com a nota, o major não concordava com a política de liberação dos preços anunciada pela Superintendência Nacional de Abastecimento.

Posterior a essas comunicações o Diário da Tarde lançou nota editorial sobre o tema:

É já do conhecimento público, a extinção, na região sul do Estado, da secção da SUNAB [...] Não sabemos mesmo de que modo aceitar a notícia. Ela agrada? Desagrada? Segundo uns aquele órgão beneficiou quanto pôde, a pobreza em determinados setores do abastecimento. Segundo outros, a SUNAB, não encontrou meios de freiar a ganancia de ninguém, nem aqui em Ilhéus, nem em Itabuna, nem em Salvador, nem em nenhuma parte do Brasil. (Diário da Tarde – 23 de outubro de 1964).

A nota do jornal demonstra uma certa "preocupação" em relação a como ficará o comércio da região, com a retomada da política de liberação de preços, diante da ausência de um órgão regulador militarizado capaz de controlar a ganância dos comerciantes.

[...] Como é que vai ser agora? O comércio no sul bahiano vai ficar liberado!? [...] Preparem-se legislativo, executivo para a defesa da bolsa do povo. O comércio, principalmente o de gêneros alimentício, não podem ficar à vontade. [...] Não de dizer aqueles que nos lêem, que a SUNAB não foi extinta; que o que foi extinta foi a presença do exército nela. É justamente por isto que para nós a SUNAB não mais existe. (Diário da Tarde – 23 de outubro de 1964).

No decorrer da nota é possível perceber que o discurso do jornal tem um nítido objetivo de colocar para os militares a responsabilidade de gerir o Estado em nome do bem do povo, ou seja, mais uma vez naturalizando a militarização das estruturas burocráticas e sociais do Estado brasileiro.

Um órgão assim, em situação como é atualmente a do Brasil, não pode prescindir da presença de um militar, não porque o militar seja a força, mas

porque é o representante do Exército, a quem cabe neste momento da transição zelar pelo bem estar do povo. (Diário da Tarde – 23 de outubro de 1964).

A passagem de 1964/65 trouxe consigo grandes expectativas para aqueles que viam a SUNAB como um setor que era, de fato, capaz de regular os preços e conseqüentemente um órgão apto a garantir que "parte da população não fosse vítima da fome". Lembrando que durante o período ditatorial a concentração de riqueza cresceu aceleradamente e o poder de compra do salário diminuía abruptamente por conta da política salarial implementada pelo regime. José Paulo Netto (2014) aponta que:

[...] quando Castelo Branco chegou à presidência da República, em 1964, os 10% de brasileiros mais ricos controlavam 39,66% da renda nacional, vinte anos depois, ao fim do ciclo ditatorial, sob a presidência do general Figueiredo, aqueles mesmos 10% mais ricos detinham 48,15% da renda brasileira. (p. 94).

O início do ano de 1965 foi marcado por especulações sobre uma provável volta da atuação do órgão na cidade diante do controle militar que outrora vigorava. Em visita à Ilhéus a assessoria técnica do delegado do órgão na capital anunciou o retorno do controle militar na SUNAB²⁶. Depois dessa declaração a SUNAB não voltou a estampar o noticiário local, ficando assim incerto se o retorno de tal órgão na cidade e até mesmo o controle militar do mesmo de fato ocorreu.

O fim da SUNAB levou a imprensa local a lançar nota indicando que a *Revolução de abril de 1964* deveria realizar alguns dos itens que foi prometido ao país. Uma das medidas seria a punição severa às empresas que pretendiam esvaziar a bolsa do povo e aplicar um aumento de trinta por cento nos seus produtos.

A atuação da SUNAB é um importante elemento para pensarmos a militarização das estruturas burocráticas do Estado durante esse período e também refletirmos sobre as particularidades das ações da ditadura em diferentes localidades do país. Tais elementos apontam que a ditadura não foi um elemento pronto e acabado, ela se reinventou de acordo com as condições de cada lugar e época.

Entretanto, é preciso dizer que o controle militar não ficou restrito ao âmbito do abastecimento e estendeu-se para outras esferas da dinâmica urbana. No ano de 1965, durante o período de fevereiro, época em que é realizada a maior festa de rua do estado, o carnaval, o delegado de polícia capitão Luiz Carlos Macieira Freire lançou portaria definindo o que era proibido e permitido no baile de rua. Segundo a portaria ele resolveu proibir:

Uso de mascara ou meia mascara, antes das sete e depois das dezenove horas, dos dias 28,1^a e 2 dos meses de fevereiro e março. [...] ressaltando-se os recintos fechados de clubes que ficará a critério das respectivas diretorias. Uso de mascara ou meia mascara para condutores de veículos. (Diário da Tarde – 24 de fevereiro de 1965).

Em fevereiro do ano seguinte as medidas voltaram a estampar a primeira

página do noticiário local. Luiz Amaral, delegado de polícia em Ilhéus, baixou portaria proibindo novamente o *uso de mascara depois das 19 horas de um dia, até às 6 horas do dia imediato*. A máscara não foi o único item proibido. Além disso, não era permitido que os foliões vestissem fantasias que remetessem a emblemas ou fardamento das forças armadas²².

O controle nos costumes foi um elemento que também fez-se presente nos anos que os militares assumiram o poder. Contudo, o ano de 1965 ganha um tom especial para os golpistas. Afinal, esse seria o primeiro ano da "revolução". A partir desse momento é iniciado atividades de comemoração e/ou valorização do regime instaurado, com a finalidade de construir uma memória hegemônica pautada no discurso da burguesia e seus alicerces, além de fortalecer o apoio das elites e dos setores médios ao regime que endurecia a cada proclamação dos atos institucionais dos governos militares.

Ainda nesse período de março de 1965 foi lançada uma matéria no jornal que indicava para as instituições educacionais que o "aniversário" do golpe militar fosse comemorado, pois "por determinação do Ministro da Educação todos os estabelecimentos de ensino sob a sua jurisdição devem promover comemorações alusivas ao primeiro aniversário da Revolução, no próximo dia 31, devendo tais comemorações constar de reuniões, divulgações pela imprensa falada etc".

Em junho o Ato Institucional nº 1, promulgado no nascer do golpe, foi motivo de discussão na recém inaugurada Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus. Na ocasião foi debatido sobre os aspectos sociais e políticos do ato³³. Essa atividade teve a participação da Associação Comercial de Ilhéus, juízes da comarca de Ilhéus, promotores, professores da referida instituição, Academia de Letras da cidade e representante do corpo discente. Durante as palestras a discussão permeou na defesa de teses que colocavam os militares não como *militaristas, pelo contrário, são pacifistas* e tais posturas contribuíram para que a *revolução* brasileira não tomasse aspectos violentos. Além disso, o golpe militar foi considerado como fonte do Direito Constitucional.

Os elementos expostos nos permitem avaliar que os anos iniciais da ditadura civil- militar movimentaram a cidade de Ilhéus. Aqueles setores que outrora dedicaram-se em construir e legitimar o golpe civil-militar, passaram a direcionar-se no sentido de consolidar as ações do regime na região. O aval dado pela imprensa, figuras públicas, instituições educacionais e entidades para a atuação do órgão regulador de preços que foi instalado em Ilhéus é um bom exemplo.

A partir da implementação da SUNAB, de maneira imediata, as forças militares em conjunto com o braço civil foram ágeis e formaram o discurso do caráter social do golpe por conta das medidas de regulação dos preços. Contudo, a curta

²² Diário da Tarde – 17 de fevereiro de 1966. p. 2.

duração da comissão e sua maneira de operar na região somente reafirmam o quanto a Ditadura civil-militar não estava interessada em atender às demandas populares, mas sim em expropriá-las em benefício das classes dominantes, seja a nível local e nacional. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade tratou de desnudar uma máscara golpista e antipopular das camadas médias e alta da cidade e demonstraram que a ditadura teve forte apoio do seu braço civil não só nas grandes capitais, mas também nas médias e pequenas cidades.

2.1 Operação Cacau²³:

Durante a década de 1970 as forças militares concentrou suas forças na caçada aos grupos políticos que tinham como perspectiva a construção de uma resistência militarizada ao regime. Nesse mesmo período a guerrilha do Araguaia foi descoberta (1972) e fortemente combatida pelos militares. Essas ações foram responsáveis pela desarticulação e prisão de importantes militantes da esquerda em várias partes do Brasil e também na região sul do Estado da Bahia. É dentro desse contexto que uma operação militar é iniciada na região sul do Estado durante o ano de 1971. A intervenção dos militares na região desarticulou, de maneira embrionária, o grupo político que atuava pelo PC do B e pretendia forjar a longo prazo uma guerrilha no campo. Nesse operação militantes de diversas cidades da Bahia e do Brasil foram presos e/ou processados por organizar um partido que estava posto na ilegalidade e por atentar contra a Segurança Nacional – PC do B. Sobre a operação o Inquérito policial militar diz:

[...]ruiu toda uma estrutura, onde se contavam um Comitê Central, em Setor Político – Militar, Setor de Finanças e Setor de Imprensa, apoiados por uma Direção Regional, composta de Setores de Trabalho de Massas, de Finanças e Agitação e Propaganda, além de Comitês Rurais e Municipais, sendo certos os seus objetivos, o levantamento sócio-econômico, aliado aos aspectos topográficos da região [...] para, através da arregimentação de camponeses para formarem grupos de guerrilha rural, desencadear, afinal, a luta armada. (Processo 199 – Brasil Nunca Mais).

Sobre as atividades realizadas em Ilhéus o Processo 199 diz que os militantes desenvolviam *doutrinação, instruções de tiro para os militantes daquela cidade*. Além disso, o mesmo indica que essas tarefas estavam sob a responsabilidade de Ruy Herman de Araújo Medeiros. Outros militantes foram acusados de transformar sua residência em *aparelho para o PC do B, onde se reuniam os integrantes da cúpula partidária* a exemplo: a Professora Glória Gomes. Ainda sobre ela, recaiu a acusação de ter *a seu cargo doutrinações e aliciamentos, que começaram no próprio ambiente familiar*. A irmã de Glória, Geralda Gomes, também foi processada por *ser assídua participante de reuniões doutrinárias e de organização das ações do PC do B na região cacauzeira, sobretudo em Ilhéus*. Antônio Calasans foi acusado de usar como aparelho do partido todos os imóveis onde residiu, *que em Ilhéus, Potiraguá e Camacan*, além de atuar na articulação do partido na região e aliciar camponeses.

²³ Denominação fictícia, atribuída pela autora, para referir-se a operação militar que ocorreu na região durante o início da década de 1970. Para ter acesso ao processo referente a tal operação acessar:

A atuação militante na região também recebeu reforço de outros estados. No ano de 1972, Selma Martins de Oliveira deslocou-se para a Bahia com a intenção de contribuir na organização do partido na região. Selma veio do Rio de Janeiro e através de articulações internas do próprio partido, por meio de militantes, trabalhou na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Dentro do partido seu papel estava ligado com o setor financeiro, *recebendo contribuições em dinheiro* para ajudar nas atividades do partido na região e ainda foi acusada de realizar aliciamentos para a citada organização. Sobre a vinda de militantes de outros estados, Antônio falou que para atuar no campo foram trazidos militantes de *Salvador, do Rio [de Janeiro], de São Paulo, do Rio Grande do Sul*.

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho é evidenciado que a Ditadura civil-militar não atuou unicamente com as forças armadas, mas também com amplo apoio das camadas mais favorecidas da sociedade ilheense, a exemplo, Igreja Católica, instituições educacionais, entidades de cunho social e figuras políticas com grande prestígio regional.

As marchas da família realizadas em Ilhéus e no distrito de Pimenteira foram cruciais para identificarmos a face golpista de parcela da sociedade Ilheense, além de ter contribuído efetivamente para a campanha de desestabilização do presidente Jango e conseqüentemente com a legitimação do *regime autocrático*. Figuras que hoje tem seu nome em prédios de instituições públicas, campus universitário da principal instituição pública de ensino superior – UESC, foram determinantes na construção de uma memória social que privilegiou o silêncio dos vencidos e legitimou as ações dos golpistas. Nesse sentido, considero que ainda há muito o que ser explorado sobre a participação das camadas alta e média na construção do golpe e na sua consolidação na região.

Além disso, a cidade de Ilhéus encarou, durante o ano de 1964, uma forte intervenção das forças militares através da instalação da comissão de controle dos preços – vinculada à SUNAB. Neste mesmo período a prefeitura deu espaço para que uma comissão de investigação fosse instaurada tendo o prédio do executivo como seu lugar de operação. O surgimento da SUNAB e da referida comissão de investigação demonstram uma clara militarização das estruturas sociais da cidade. Com isso, é central observarmos que a atuação militar não limitou-se ao uso extremado da força, mas também ao controle social em suas variadas dimensões

Para além desses aspectos é fundamental dar destaque a articulação política desenvolvida com a finalidade de resistir aos desmandos do regime, fator que gerou perseguição de prisões de alguns sujeitos vinculados com o campo da esquerda na cidade. Nesse contexto, destacamos que mesmo não estando localizada próxima aos grandes centros urbanos, que em sua maioria centralizaram as grandes ações dos grupos políticos atuantes no período da ditadura civil-militar no Brasil a região sul do

Estado foi também lugar de resistência política.

